

**AVALIAÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA DE
INCENTIVO A CRIAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS NO
PARANÁ**

Daniela Torres da Rocha
Fernando Antonio Prado Gimenez

AVALIAÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA DE INCENTIVO A CRIAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS NO PARANÁ

Daniela Torres da Rocha
Fernando Antonio Prado Gimenez

RESUMO

Este estudo tem por objetivo analisar uma política pública de incentivo a criação de empreendimentos realizada no estado do Paraná. A presente pesquisa é caracterizada como descritiva e utiliza abordagem qualitativa para análise dos dados coletados. Para tanto, realizou-se uma análise descritiva de todos os projetos aprovados no Programa Extensão Tecnológica Empresarial, observando os seguintes itens: a) instituições que tiveram projetos aprovados; b) modalidade dos projetos; c) setor; d) quantidade de bolsistas e e) municípios envolvidos. Os principais resultados mostram que dos 122 projetos 46 se referiam a modalidade A, onde foi proposta a abertura de novos empreendimentos. Os principais setores econômicos abordados pelos projetos foram alimentos e bebidas, artesanato, reciclagem e tratamento de resíduos, têxtil, vestuário e calçados, dentre outros. Muitos projetos tem como foco a melhoria da renda de famílias envolvidas em atividades do agronegócio, no qual para este tipo de público a expectativa é atender 2.870 famílias. Em termos de empregos a projeção é de uma geração de 7.000 empregos. O programa gerará uma renda anual de 46 milhões de reais nas comunidades e empresas atendidas. A avaliação da política pública de incentivo leva a concluir que o projeto possui uma forma abrangente, uma vez que houve a participação de 979 bolsistas.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	3
2 REFERENCIAL TEÓRICO-EMPÍRICO.....	5
2.1 Empreendedorismo.....	5
2.2 Políticas públicas.....	7
2.3 Programa Universidade sem Fronteiras: Extensão Tecnológica Empresarial.....	12
3 METODOLOGIA.....	14
4 RESULTADOS.....	15
5 CONCLUSÃO.....	20
6 REFERÊNCIAS.....	21

1 INTRODUÇÃO

Tradicionalmente, pequenas empresas possuem algumas características peculiares que as tornam essenciais para o funcionamento da economia, de forma que estas contribuem significativamente na geração do produto nacional. Este segmento absorve uma grande quantidade de mão-de-obra a baixo custo, possui uma atuação estratégica no comércio exterior, apresenta capacidade de gerar uma classe empresarial nacional, aumentando a participação da economia privada na economia do país (LAKATOS, 1997).

No Brasil, em 2002, as micro e pequenas empresas foram responsáveis, por 99,2% do número total de empresas formais, por 57,2% dos empregos totais e por 26,0% da massa salarial. Devido ao aumento expressivo no número de empregos gerados entre 2002 e 2001 nos dois segmentos, a massa salarial foi incrementada em 57,3% nas microempresas e 37,9% nas pequenas empresas (SEBRAE, 2005).

Desta forma, pesquisas como a do GEM (Global Entrepreneurship Monitor) propõe-se a demonstrar a importância do segmento das micro e pequenas empresas e empresas nascentes e estudar a dinâmica desse segmento na economia em diversos países. O Brasil continuava, em 2005, entre as nações onde mais se criam negócios. Se empresas novas são tão importantes para a economia, isto sugere que as políticas públicas são importantes ferramentas governamentais para a promoção de um ambiente propício ao desenvolvimento de empreendimentos (Machado; Silva, 2006). Estas políticas deveriam ser mais orientadas para remover barreiras à entrada de novos negócios, assim como o fechamento de empresas, o estímulo à cultura empreendedora e a educação para o empreendedorismo, adotando medidas de suporte aos negócios iniciantes, promovendo o acesso a financiamento para as *start-ups*, manter políticas de desburocratização, de acesso a mercados internacionais, de compras governamentais, de redução de carga tributária para as empresas existentes, de modo a gerar a sua sustentabilidade e o seu crescimento.

Diante do exposto, com este estudo, busca-se analisar o Programa Extensão Tecnológica Empresarial – uma política pública de incentivo a criação de empreendimentos realizada no estado do Paraná. Para tanto, realizou-se uma análise de todos os projetos aprovados no Programa Extensão Tecnológica

Empresarial selecionados por meio de uma chamada pública de projetos lançada pela Fundação Araucária, órgão vinculado à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná, observando os seguintes itens: a) instituições que tiveram projetos aprovados; b) modalidade dos projetos; c) setor do projeto; d) quantidade de bolsistas e, e) municípios envolvidos.

O artigo é estruturado em cinco seções, além desta introdução. A segunda seção apresenta a base teórica acerca dos fatores apresentados; a terceira, os procedimentos metodológicos; a quarta, os resultados e a análise destes por meio da técnica de análise qualitativa; e a quinta, as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO-EMPÍRICO

Nesta seção, abordam-se os três principais conceitos utilizados neste estudo. O detalhamento do referencial teórico-empírico está dividido em: empreendedorismo, políticas públicas e, Programa Universidade Sem Fronteiras: Extensão Tecnológica Empresarial. Isso porque neste estudo, faz-se uma análise do Programa Universidade Sem Fronteiras: Extensão Tecnológica Empresarial, que é uma política pública de incentivo a aberturas de novos empreendimentos, realizada no estado do Paraná.

2.1 Empreendedorismo

Para Gartner (2001), o empreendedorismo deve ser estudado, essencialmente, para explicar e facilitar o papel da empresa no desenvolvimento do progresso econômico. Já para Raposo e Silva (2000), uma razão apontada para justificar a investigação nesta área reside na idéia de que, além de explicar como funcionam os mercados, também é necessário perceber porque funcionam, desta forma, sendo necessário entender o papel do empreendedor. Outra justificativa, em estudar este fenômeno, se refere à Comissão Europeia (2003) ter apontado a importância do empreendedor e da criação de novas empresas, em particular das microempresas, para o desenvolvimento econômico e social dos países.

O empreendedorismo é visto hoje como uma ferramenta para a geração de renda, emprego e desenvolvimento econômico. O estudo do tema nas Universidades, Faculdades e nas Escolas de ensino fundamental, além do apoio recebido por diversos órgãos como o Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério do Desenvolvimento e Indústria e Comércio, SEBRAE, Finep, CNPq, Secretarias Estaduais e Municipais de Ciência e Tecnologia apontam que os atores públicos acreditam que o empreendedorismo pode ser usado amplamente como uma ferramenta de reaquecimento da economia (GONÇALVES; GOSLING; LANNA, 2007).

Segundo Dornelas (2001), o empreendedorismo ganhou força no Brasil a partir da década 1990, com a abertura da economia que possibilitou a criação de entidades como SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) e SOFTEX (Sociedade Brasileira para Exportação de Software). Antes

desse período o termo empreendedorismo era praticamente desconhecido e a criação de pequenas empresas era limitada, devido ao ambiente político e econômico não ser nada propício no país.

Neste contexto, o SEBRAE foi criado com a finalidade de informar e dar suporte necessário para a abertura de uma empresa, bem como acompanhar seu andamento por meio de consultorias, solucionando pequenos problemas do negócio. Já a SOFTEX foi criada para ampliar o mercado das empresas de software através da exportação e incentivar a produção nacional. Para isso foram desenvolvidos projetos para a capacitação em gestão e tecnologia dos empresários de informática. Além de alavancar o desenvolvimento de tecnologias nacionais, essa entidade conseguiu, por meio de seus programas, popularizar no país termos como plano de negócios que até então eram ignorados pelos empresários.

Apesar do tema empreendedorismo ainda ser recente no Brasil, o país apresenta ações que objetivam desenvolver um dos maiores programas de ensino de empreendedorismo. Dornelas (2001, p. 25 e 26) cita alguns exemplos:

- a) Os programas SOFTEX e GENESIS (Geração de Novas Empresas de Software, Informação e Serviço), que incentivam atividades de empreendedorismo em software, estimulando o ensino da disciplina em universidades e a geração de novas empresas de software (*start-ups*);
- b) Programas como EMPRETEC, Jovem Empreendedor do SEBRAE e Brasil Empreendedor, do Governo Federal, que são ações voltadas à capacitação do empreendedor;
- c) Diversos cursos e programas sendo criados nas universidades brasileiras para o ensino do empreendedorismo. É o caso de Santa Catarina, com programa Engenheiro Empreendedor, que capacita alunos de graduação em engenharia de todo o país. Destaca-se também o programa REUNE, da CNI (Confederação Nacional das Indústrias), de difusão do empreendedorismo nas escolas de ensino superior do país, presente em mais de duzentas instituições brasileiras;
- d) A recente explosão do movimento de criação de empresas de Internet no país, motivando o surgimento de entidades com o Instituto e-cobra, de apoio aos empreendedores das ponto.com (empresas baseadas em Internet), com cursos, palestras e até prêmios aos melhores planos de

negócios de empresas *start-ups* de Internet, desenvolvidos por jovens empreendedores, e;

- e) O admirável crescimento do movimento de incubadoras de empresas no Brasil. Dados da ANPROTEC (Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos de Tecnologias Avançadas) mostram que em 2000, havia mais de 135 incubadoras de empresas no país, sem considerar as incubadoras de empresas de Internet, totalizando mais de 1.100 empresas incubadoras, que geravam mais de 5.200 empregos diretos.

Neste contexto, para a realização deste estudo, conceitua-se o empreendedorismo como “qualquer tentativa de criação de um novo negócio ou novo empreendimento, como por exemplo a atividade autônoma, uma nova empresa ou a expansão de um empreendimento existente, por um indivíduo, grupos de indivíduos ou empresas já estabelecidas.” (GEM, 2000, p. 6).

2.2 Políticas públicas

Sabe-se que algumas regulamentações nas áreas de abertura de empresa afetam a facilidade para fazer negócios num país, dentre elas cita-se: manejo de licenças, contrato com trabalhadores, registro de propriedade, obtenção de crédito, proteção de investidores, pagamento de impostos, comércio internacional, cumprimento de contratos e fechamento de empresas. O GEM (2005) aponta condições nacionais que afetam o empreendedorismo: apoio financeiro, política governamental, programas governamentais, educação e treinamento, transferência de tecnologia, infra-estrutura profissional e comercial, barreiras à entrada no mercado, acesso à infra-estrutura física e, normas culturais e sociais. Essas condições, combinadas às habilidades e à motivação daqueles que desejam empreender, constituem o ambiente para a abertura de negócios em um país.

Para Stevenson e Lundström, (2001) as políticas governamentais de apoio ao desenvolvimento do empreendedorismo consistem em: assegurar um funcionamento eficiente do mercado e das instituições por meio de ajustes na legislação e regulamentações, prover informações e consultoria, prover incentivos tributários, promover a cultura empreendedora, reduzir as barreiras para abertura e

fechamento de empresas, integrar o ensino do empreendedorismo nas escolas e aumentar o acesso das novas empresas aos financiamentos.

Nos anos 80 e início dos anos 90 do século XX, o problema das altas taxas de desemprego era o principal motivo para focar ações e políticas para o empreendedorismo. (STEVENSON; LUNDSTRÖM, 2001). Atualmente, é acrescentada a isso a constatação de que o empreendedorismo gera inovação.

Machado e Silva (2006) adotam o conceito de Ruediger e Riccio (2005) referindo as políticas públicas no sentido de ferramentas utilizadas pelo Estado para tomar ações com o objetivo de garantir os direitos fundamentais (individuais e coletivos) da sociedade. Já Lundström e Stevenson (2001, p.23) definiram políticas empreendedoras como: “medidas políticas tomadas para estimular o empreendedorismo; que são direcionadas para as fases do processo empreendedor pré-iniciantes, iniciantes e pós-iniciantes; desenhadas e entregues para as áreas de motivação, oportunidade e habilidades; com o objetivo primário de encorajar mais pessoas a iniciar seus próprios negócios”.

Segundo Lundström e Stevenson (2001) os primeiros governos a estabelecer políticas para o empreendedorismo foram Estados Unidos, com a criação do *Small Business Administration* (SBA) em 1953, seguido de Taiwan em 1954 e Holanda com a publicação do primeiro *White Paper on SMEs* em 1954, o Canadá em 1961. Os países que mais se destacam em políticas para o empreendedorismo são Holanda, Finlândia e Reino Unido.

No Brasil houve a propagação da importância das micro e pequenas empresas nas décadas de 80 e 90. A Constituição Federal de 1988 inclui os artigos 170 e 179 que determinam tratamento diferenciado às micro e pequenas empresas. Em 1990 foi criado o SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequena Empresa; em 1996 foi aprovada a lei da micro e pequena empresa 9317/96 que criou o sistema tributário simples; em 2005 foi aprovada a Lei Geral das Micro e Pequenas empresas, lei 123/2004, que define a ampliação dos limites de enquadramento para microempresa e empresa de pequeno porte, além de incluir vários segmentos empresariais, em especial os prestadores de serviço, no regime tributário do simples. Além da iniciativa Federal, alguns Estados Brasileiros criaram suas políticas de redução de ICMS – Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços. Os municípios no âmbito das políticas locais têm demonstrado interesse em redução do ISS-QN – Imposto sobre Serviços de qualquer natureza.

Além das iniciativas com ênfase nas políticas tributárias, existem no Brasil, ações que objetivam desenvolver um dos maiores programas de ensino de empreendedorismo. Como citado no item 2 deste estudo.

Segundo Lundström e Stevenson (2001) alguns fatores são associados com níveis de atividade empreendedora, que conseqüentemente impactam nas políticas destinadas ao estímulo e desenvolvimento do empreendedorismo, conforme descrito no Quadro 1.

Fatores	Implicações nas políticas
Crescimento da população	Políticas de imigração mais abertas em regiões de baixo crescimento populacional, aumentam as taxas de participação da força de trabalho.
Crescimento do (GDP) per capita	Esforços para aumentar o nível de produtividade, inovação e emprego aumentam o empreendedorismo
Crescimento das taxas de imigração	Políticas de imigração que promovam o empreendedorismo entre grupos de imigrantes; traduzir informações e matérias sobre negócios para vários idiomas; serviços de suporte a etnias; rede de imigrantes empreendedores.
Tolerância para a dispersão de renda (Distribuição de renda)	Políticas de tributação; Reduzir as taxas de <i>wedge</i> ; reduzir as taxas de ganhos de capital.
Normas sociais e culturais de valorização e apoio ao empreendedorismo	Difundir benefícios do empreendedorismo para economia e para sociedade.
Atitudes positivas para o empreendedorismo	Promover o empreendedorismo na mídia e por meio de conferências em eventos na comunidade
Divulgação de experiências de empreendedores	Criar premiações para empreendedores bem-sucedidos. Promover o empreendedorismo na mídia.
Densidade de micro pequenas empresas	Promover experiências locais, facilitar a rede de contatos, encorajar a aprendizagem em grupos de pequenas empresas, apoiar o desenvolvimento das pequenas empresas.
Difusão do empreendedorismo por meio da educação	Introduzir o empreendedorismo em todos os níveis do sistema de educação, de forma transversal nas disciplinas. Prover oportunidades para aprender habilidades empreendedoras e ganhar experiência.
Facilidades de abertura de negócios	Reduzir os procedimentos e os custos para iniciar um negócio, simplificar as licenças e registros, criar um local único para registro (<i>one-stop shops</i>), revisar as leis de incorporação.
Infra-estrutura e clima positivo para o empreendedorismo em nível regional e local	Prover programas de suporte e serviços de orientação para novos empreendedores; incubadoras, consultoria, central de atendimento, <i>mentoring</i> , redes de contatos. Identificar e encorajar crescimento regional das empresas.
Apoio governamental para o empreendedorismo	Incluir o desenvolvimento do empreendedorismo como parte das políticas de desenvolvimento regional; Focar medidas políticas de apoio ao empreendedorismo para grupos menos representados.
Participação da mulher em negócios próprios	Encorajar mulheres a se tornarem empreendedoras por meio de modelos, crédito, centros de empresas, <i>mentoring</i> , rede de contatos, treinamento.

Acesso a capital para criar e desenvolver novas empresas	Desenvolver fundos de microcrédito, programas de garantia de crédito, fundos de capital de risco, redes de <i>angel investment</i> . Ampliar o acesso a informações por meio de programas de educação, banco de dados de financiamento e <i>matchmaking services</i>
Flexibilização do mercado de trabalho e redução dos custos com encargos sociais	Revisão das leis trabalhistas e contrato de trabalho e reduzir os custos dos encargos sociais.
Funcionamento da economia de forma descentralizada	Desregulamentação dos setores industriais, privatização, revisão das políticas de competição.
Promoção de compras governamentais	Facilitar que pequenas e médias empresas compitam por contratos governamentais.
Defender o empreendedorismo	Nomear defensores para o empreendedorismo dentro do governo a fim de gerar entendimento de suas necessidades dentro dos diversos departamentos ou agências do governo. Estabelecer uma organização para defesa do empreendedorismo no setor privado.
Tamanho do serviço público	Privatizar empresas do governo, reduzir a concorrência desleal entre o setor público e privado.
Medo do fracasso	Desenvolver cultura do risco, revisar as regras de falência, prover serviços de consultoria e aconselhamento para empresas com problemas.
Facilidade de fechamento de empresas	Rever as regras de falência, reduzir as restrições dos empreendedores que faliram para se restabelecer após o fracasso.
Seguridade social	Reduzir a proporção do risco-recompensa associado aos assalariados versus o auto-emprego, prover incentivos para desempregados começar um negócio próprio.
Desigualdade nas taxas do imposto de renda entre auto-emprego e emprego assalariado.	Reduzir o imposto para novos iniciantes, oferecer alíquotas diferenciadas de impostos sobre o lucro.
Desigualdades entre os impostos sobre a renda para empresas individuais e empresas limitadas.	Revisar os impostos para empresas individuais.
Impostos sobre ganhos de capital favoráveis	Reduzir os impostos sobre ganho de capital e herança e impostos estaduais.

Quadro 1: Fatores associados ao nível de atividade empreendedora e suas implicações nas política
Fonte: Lundström e Stevenson (2001, p. 24-27)

Observando-se o Quadro 1, percebe-se que fatores como aumento da população, densidade de pequenas empresas, e atitude positiva para o empreendedorismo tem efeito positivo nos níveis de atividade empreendedora. A legitimidade é um fator importante em economias onde a imagem do empreendedorismo não é favorável, ou onde o empreendedorismo não é suficientemente envolvido na cultura. Histórias sobre o papel do empreendedorismo e os ganhos da atividade empreendedora servem para estimular discussões, aumentar a consciência e desmistificar o processo de empreender.

Para Lundström e Stevenson (2001) as políticas e programas para o setor empreendedor deveriam aumentar o nível educacional de toda população,

especificamente assegurando que o treinamento para o empreendedorismo seja facilmente acessível para desenvolver habilidades e capacidades para começar um novo negócio, especialmente de reconhecer e perseguir oportunidades. Para Santos (2003) é possível afirmar que a geração de novos negócios é fundamental para a dinâmica sócio-econômica, mas não há como afirmar que esta é uma alternativa para todos, onde cada um poderia adquirir os comportamentos específicos e se inserir no novo modelo.

2.2.1 Políticas públicas no Paraná

No Paraná existe a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI) e a Fundação Araucária que incentivam o desenvolvimento de novas tecnologias e ciências nas organizações por meio das universidades.

Desta forma, estabelece-se no Paraná, o estímulo à descentralização do desenvolvimento econômico e social como mecanismo de diminuição das desigualdades regionais e desenvolvimento sustentado. Uma preocupação importante para a efetividade de políticas públicas de desconcentração espacial de atividades econômicas está relacionada com a dificuldade de acesso a desenvolvimentos tecnológicos e de gestão por parte dos micro e pequenos empreendimentos.

Por outro lado, as instituições de ensino superior e os institutos de pesquisa, se caracterizam como importantes fontes de geração de conhecimentos que permitem, quando aplicados nos diferentes setores de atividades econômicas, ganhos de qualidade e produtividade. No entanto, ao longo de sua história essas instituições têm enfrentado dificuldades de articulação com o setor econômico. A inexistência de mecanismos de integração sistematizados e mais abrangentes torna as ações tentadas nesta direção pouco eficazes e de baixo alcance em termos de geração de emprego e renda, em especial nas regiões de menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do estado e nas periferias dos grandes centros. Essas iniciativas se caracterizam, também, por se voltarem na busca de solução de problemas muito específicos, de escopo restrito, na maioria das vezes, a uma única área de conhecimento, carecendo de abordagens multidisciplinares que podem contribuir com maior eficácia nesta questão.

Além disso, a política de distribuição de renda adotada no âmbito do governo federal tem permitido o acesso de uma grande parcela da população ao mercado de consumo. Este fato tem gerado um espaço de oportunidades para novos empreendimentos que está sendo denominado de “mercados emergentes”. Estes mercados permitem, ainda, que micro e pequenos empreendimentos já existentes tenham condições de desenvolver estratégias para sua consolidação.

Diante deste contexto, foi criado o Programa Universidade sem Fronteiras: Extensão Tecnológica Empresarial, que é uma ação pública de estímulo ao surgimento de novos empreendimentos e de fortalecimento de micro e pequenos, com atenção prioritária às regiões mais carentes do estado.

2.3 Programa Universidade sem Fronteiras: Extensão Tecnológica Empresarial

O Programa Universidade sem Fronteiras: Extensão Tecnológica Empresarial proposto pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Seti) busca estimular a integração entre os professores/pesquisadores das Instituições de Ensino Superior e Institutos de Pesquisa, com o objetivo de fomentar o surgimento de novos empreendimentos e o desenvolvimento de micro e pequenos, propiciando condições de acesso a conhecimentos tecnológicos e de gestão, por um período mais longo. A expectativa é que este programa alcance resultados concretos na geração de emprego e renda, com impactos sociais e econômicos significativos em nível local e regional.

Este programa destina-se a financiar projetos orientados à criação e/ou consolidação de micro e pequenos empreendimentos por meio do acesso a tecnologias difundidas ou inovadoras. Os principais objetivos são:

- a) Atendimento preferencial aos mercados consumidores emergentes, inserindo os empreendimentos no contexto das atividades industriais e de serviços da economia paranaense;
- b) Descentralização do desenvolvimento econômico com a priorização das regiões de baixo IDH do estado do Paraná e periferia das grandes cidades;
- c) Criação de condições para a geração de emprego e renda, contribuindo para a fixação de profissionais em cidades de menor porte, e;

- d) Estímulo à cooperação entre pesquisadores/instituições de pesquisa e micro e pequenos empreendimentos, organizações sociais e cooperativas.

Os projetos submetidos ao programa estão focados em uma das seguintes modalidades, devendo preferencialmente envolver iniciativas coletivas nas comunidades atendidas:

- a) Modalidade A: organização de novos empreendimentos, na forma de associações, cooperativas, empresas ou outros formatos organizacionais, por meio da adoção de tecnologias difundidas ou inovadoras;
- b) Modalidade B: inovação tecnológica em empreendimentos existentes, na forma de atualização tecnológica ou adoção de produtos/processos inovadores.

Os projetos são integrados em rede, envolvendo além da instituição de vínculo do proponente, organizações da sociedade e/ou outras instituições de ensino ou pesquisa. São multidisciplinares e prevêm atividades que atendam as necessidades de: incorporação de avanços tecnológicos, aconselhamento gerencial, capacitação técnica e gerencial, certificação e apoio no acesso aos mercados. Possuem como co-participantes Arranjos Produtivos Locais (APLs), Cooperativas, Associações e Organizações Sociais, Instituições de Economia Solidária ou Micro e Pequenos Empreendimentos. Contam com uma equipe multidisciplinar (envolvendo pelo menos duas áreas do conhecimento), formada necessariamente por no mínimo dois professores/pesquisadores, dois profissionais recém-formados e dois estudantes do ensino superior.

Os projetos estão contidos nos seguintes setores de atividade econômica:

- a) Alimentos e Bebidas; b) Artesanato; c) Cerâmica e minerais industriais; d) Metal-mecânica; e) Móveis; f) Têxtil, Vestuário e Calçados; g) Turismo; h) Informática, e; i) Reciclagem e Tratamento de Resíduos.

Ressalta-se que o governo do Estado disponibilizou 12 milhões de reais para o Programa em questão e os projetos constantes nele possuem a duração máxima de quinze meses, sendo que os mesmos devem resultar em melhoria nas condições sociais e econômicas, geração de emprego e renda nas regiões e setores atendidos.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa é caracterizada como descritiva e utiliza abordagem qualitativa para análise dos dados coletados. A amostra é intencional já que considerou todos os projetos aprovados no Programa de Extensão Tecnológica Empresarial, composta de 122 projetos, sendo todos do estado do Paraná. A partir da coleta de dados secundários dos projetos identificaram-se: a) instituições que tiveram projetos aprovados; b) modalidade dos projetos; c) setor do projeto; d) quantidade de bolsistas e, e) municípios envolvidos.

As variáveis são *ex-post facto*, pois não são passíveis de manipulação. O tratamento dos dados incluiu análise qualitativa onde foi possível agregar elementos como setor do projeto, modalidade de projetos entre outros.

4 RESULTADOS

Nesta seção, apresentam-se os resultados obtidos por meio do método empregado e se faz a análise destes. No Quadro 2, apresentam-se as instituições que mais tiveram projetos aprovados no Programa Extensão Tecnológica Empresarial.

Quant. de Projetos Aprovados	Instituição Proponente
18	Universidade Estadual do Centro Oeste
14	Universidade Estadual de Maringá
12	Fundação Faculdades Luiz Meneghel
11	Universidade Estadual de Londrina
10	Universidade Estadual do Oeste do Paraná
10	Universidade Tecnológica Federal do Paraná
8	Universidade Estadual de Ponta Grossa
6	Universidade Federal do Paraná
5	Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão
4	Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá
4	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cornélio Procópio

Quadro 2 – Total de projetos aprovados por instituição
Fonte: Dados da pesquisa

Por meio da análise do Quadro 2, percebe-se que a instituição que mais obteve aprovação de projetos foi a Universidade Estadual do Centro Oeste com 18 projetos aprovados, seguida da Universidade Estadual de Maringá com 14, Fundação Faculdades Luiz Meneghel com 12, Universidade Estadual de Londrina com 11, Universidade Estadual do Oeste do Paraná com 10, Universidade Tecnológica Federal do Paraná com 10, Universidade Estadual de Ponta Grossa com 8 projetos aprovados, Universidade Federal do Paraná com 6 projetos, Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão com 5, Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá e Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cornélio Procópio, ambas com 4 aprovações. Quatro instituições aprovaram 02 projetos e doze instituições aprovaram 1 projeto cada. Verifica-se ainda, que as instituições que mais possuem projetos aprovados são instituições públicas (federais ou estaduais), supõe-se que isso ocorre devido ao fato de essas instituições terem uma estrutura de pesquisa geralmente mais desenvolvida do que instituições privadas.

No Quadro 3, apresentam-se o total dos projetos aprovados no Programa Extensão Empresarial – Chamada 07, bem como suas respectivas modalidades.

Quantidade de Projetos	Modalidade	Percentual (%)
46	A	37,70%
76	B	62,30%
122		100%

Quadro 3 – Total de projetos aprovados e analisados
Fonte: Dados da pesquisa

Verifica-se, no Quadro 3, que foram aprovados 46 projetos na modalidade A, que diz respeito aos projetos que propuseram a abertura de um novo empreendimento e 76 projetos na modalidade B, que propunham a implantação de uma inovação tecnológica em um empreendimento já existente, o que totalizou um total de 122 projetos aprovados.

Apresentam-se, no Quadro 4, os setores que serão atingidos pelos projetos.

Quantidade de Projetos	Setor	Percentual (%)
62	Alimentos e Bebidas	50,82%
14	Artesanato	11,48%
13	Reciclagem e tratamento de	10,66%
10	Têxtil, Vestuário e Calçados	8,20%
6	Móveis	4,92%
4	Turismo	3,28%
4	Informática	3,28%
4	Outros	3,28%
3	Cerâmica e minerais industriais	2,46%
2	Metal-mecânica	1,64%
122	Total	100,00%

Quadro 4 – Total de projetos aprovados por setor
Fonte: Dados da pesquisa

Nota-se, por meio do Quadro 4, que o Programa Extensão Tecnológica abrange nove setores. Em relação aos setores com mais projetos, percebe-se que o maior número de projetos, totalizando 62, concentram-se no setor de alimentos e bebidas, correspondendo a 50,82 % do total de projetos aprovados. O setor de artesanato possui 14 projetos, seguido de reciclagem e tratamento de resíduos com 13 projetos, setor têxtil, vestuário e calçados com 10, móveis com 6 projetos. Os setores de turismo, informática e outros setores apresentaram 4 projetos respectivamente. Ressalta-se que os projetos que estão listados na categoria “Outros” não puderam ser classificados dentro dos setores pré-determinados na

chamada, sendo eles: pedras preciosas, laboratório de capacitação para deficientes visuais, beneficiamento de sementes e diversas empresas da periferia.

Apresentam-se, nos Quadros 5, 6 e 7, a quantidade de bolsistas, divididos em professores, recém-formados e graduandos, por projeto.

Quantidade de Projetos	Quantidade de Bolsistas Professores Por Projeto	Percentual (%)
61	2	50,00%
36	3	29,51%
19	4	15,57%
6	5	4,92%

Quadro 5 – Quantidade de bolsistas professores por projeto
Fonte: Dados da pesquisa

Analisando-se o Quadro 5 percebe-se que 61 dos 122 projetos possuem 2 professores que são bolsistas, ou seja orientadores, representando 50% dos projetos. Depois tem-se 36 projetos com 3 professores bolsistas, seguido de 19 com 4 e 6 projetos com 5 bolsistas cada. Este resultado já era esperado uma vez que a chamada de projetos exigia no mínimo 2 bolsistas de cada categoria. Ao final verificou-se que este Programa contempla 333 professores que recebem um valor de R\$ 483,00 mensais.

Quantidade de Projetos	Quantidade de Bolsistas Recém-Formados Por Projeto	Percentual (%)
96	2	78,69%
21	3	17,21%
5	4	4,10%

Quadro 6 – Quantidade de bolsistas recém-formados por projeto
Fonte: Dados da pesquisa

No Quadro 6, encontram a quantidade de bolsistas recém-formados por projeto, sendo que 96 projetos possuem 2 profissionais recém-formados, o que representa 78,69% dos projetos. Em seguida pode-se observar que 21 projetos possuem 3 bolsistas desta categoria e com 4 profissionais recém-formados tem-se 5 projetos. São contemplados, 275 bolsista nesta categoria, sendo o valor da bolsa destes profissionais equivalente a R\$ 940,00 mensais.

Quantidade de Projetos	Quantidade de Bolsistas de Graduandos Por Projeto	Percentual (%)
45	2	36,89%
36	3	29,51%
32	4	26,23%
9	5	7,38%

Quadro 7 – Quantidade de bolsistas recém-formados por projeto
Fonte: Dados da pesquisa

Já no Quadro 7, pode-se observar a quantidade de bolsistas estudantes de graduação, sendo que 45 projetos possuem 2 graduandos, representando 36,89% do total de projetos. Do total, 36 possuem três bolsistas desta categoria, seguido de 32 com 4 bolsistas e 9 com 5 graduandos. Nesta categoria são contemplados 371 bolsistas, obtendo um rendimento de R\$ 300,00 mensais.

Observa-se que quanto maior a quantidade de bolsistas por projeto, menor a quantidade de projetos que os possui. Isso demonstra que os proponentes no momento da elaboração do seu projeto levam em consideração a quantidade de recursos necessários para a execução do projeto, solicitando apenas a quantidade de bolsistas necessários para o andamento do projeto.

No Quadro 8, apresentam-se a relação de municípios em que possuem mais projetos atuando.

Quantidade de Projetos	Município	Quantidade de Projetos	Município
12	Maringá	6	Cantagalo
10	Londrina	6	Marmeleiro
9	Bandeirantes	6	Reserva do Iguaçu
9	Sarandi	6	Apucarana
9	Laranjeiras do Sul	6	Mandaguari
8	Candói	6	Rio Bonito do Iguaçu
8	Guarapuava	6	Toledo
7	Francisco Beltrão	6	Ibiporã
6	Porto Barreiro	6	Arapongas
6	Salto de Lontra	6	Nova Prata do Iguaçu
6	Cascavel	6	Nova Laranjeiras
6	Chopininho		

Quadro 8 – Quantidade de projetos que atua no município
Fonte: Dados da pesquisa

O Programa Extensão Tecnológica Empresarial abrange 220 municípios do estado do Paraná. Por meio do Quadro 8, verifica-se que os municípios que mais possuem projetos atuando são: Maringá com doze projetos, Maringá com dez projetos, Bandeirantes, Sarandi e Laranjeiras de Sul, com nove projetos cada, Candói e Guarapuava com oito projetos, Francisco Beltrão com sete projetos e quinze municípios que serão abrangidos por seis projetos. Analisando os municípios em que mais serão atingidos pelos projetos, percebe-se que estes municípios fazem parte das regiões onde estão localizadas as universidades que mais enviaram projetos.

Com base em informação de 84 projetos o programa poderá atingir os seguintes resultados em termos de emprego e renda: Muitos projetos tem como foco a melhoria da renda de famílias envolvidas em atividades do agronegócio, no qual para este tipo de público a expectativa é atender 2.870 famílias. Em termos de empregos a projeção é de uma geração de 7.000 empregos.

Por fim, o programa gerará uma renda anual de 46 milhões de reais nas comunidades e empresas atendidas.

5 CONCLUSÃO

A finalidade das políticas públicas de incentivo aos empreendimentos é dar suporte necessário para o desenvolvimento bem sucedido das empresas abordadas. No presente estudo buscou-se reunir elementos que caracterizam a avaliação do Programa Extensão Tecnológica Empresarial. Os resultados obtidos a partir da avaliação de 122 projetos aprovados apresentaram seguintes pontos de destaque:

- As instituições paranaenses que mais aprovaram projetos são Universidade Estadual do Centro Oeste, Universidade Estadual de Maringá, Fundação Faculdades Luiz Meneghel e Universidade Estadual de Londrina, com 18, 14, 12 e 11 projetos respectivamente;
- 46 projetos foram aprovados na modalidade A, onde foi proposta abertura de novos empreendimentos e 76 projetos na modalidade B, que propuseram a implantação de uma inovação tecnológica em um empreendimentos já existente.
- os setores econômicos atingidos pelos projetos foram diversos, sendo que a maioria de projetos pertencia ao setor de alimentos e bebidas (50,82%), em segundo lugar artesanato (11,48%) e em terceiro lugar setor de reciclagem e tratamento de resíduos (10,66%). No total nove setores foram abrangidos;
- a maioria dos projetos possuem dois bolsistas por categoria;
- o projeto possui um total de 979 bolsistas, sendo eles: 333 bolsistas orientadores, 275 bolsistas recém-formados e 371 bolsistas de graduação.

Observa-se que o expressivo número de participantes bolsistas configura uma forma de incentivo aos estudantes de participarem de pesquisas nas universidades e geração de conhecimento. Ao todo a avaliação da política pública de incentivo leva a concluir que o programa analisado possui uma forma abrangente, uma vez que participou um total de 979 bolsistas.

Como sugestão para futuras pesquisas, sugere-se um estudo mais aprofundado sobre o Programa Extensão Tecnológica Empresarial, avaliando se os objetivos propostos inicialmente pelo agente público, no momento da elaboração do programa foram atingidos, uma vez que deverá ser analisado o programa sob a perspectiva do agente público, do executor do projeto e do usuário.

6 REFERÊNCIAS

COMISSÃO Europeia. **Livro Verde**: Espírito Empresarial na Europa. 2003.

DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo**: transformando idéias em negócios. Rio de Janeiro: Elsevier, 2001.

GARTNER, W. B. Is There an Elephant in Entrepreneurship: Blind Assumptions in Theory Development. **Entrepreneurship Theory and Practice**. 25, 4, 2001, p. 27-39.

GEM. **Empreendedorismo no Brasil 2005** – Global Entrepreneurship Monitor. IBQP – Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade no Paraná. Curitiba, 2006.

GONÇALVES, C. A.; GOSLING, M.; LANNA, M. A. M. F. A influência da qualidade das incubadoras e da formulação estratégica dos empreendimentos incubados no desempenho empresarial. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 2007. Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2007.

LAKATOS, E. M. **Sociologia da administração**. São Paulo: Atlas, 1997.

RAPOSO, M., SILVA, M. J. Entrepreneurship: Uma Nova Área do Pensamento Científico. **RGE – Revista de Gestão e Economia**, 2000, p. 57-64.

SANTOS, F. C. G. Empreendedorismo utópico: políticas pblicas de fomento ao empreendedorismo como uma alternativa pra o desenvolvimento econômico local. In: EGEPE – Encontro de Estudos Sobre Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas. 3. 2003. Brasília. **Anais...** Brasília: UEM/UEL/UnB, 2003, p. 249-262.

SEBRAE. **Boletim estatístico de micro e pequenas empresas**. Brasília, 2005.

SILVA, J. M.; MACHADO, H. V. Uma leitura sobre empreendedorismo, programa e políticas publicas. In: SLADE BRASIL 2006 – Encontro Luso-Brasileiro de Estratégia. **Anais...** Balneário Camburiu-SC, 2006.

STEVENSON, L.; LUNDSTRÖM, A. **Patterns and trends in entrepreneurship/SME policy and practice in ten economies**. Swedish Foundation for small business research. Stockholm, 2001.

SUMÁRIO Executivo – GEM Internacional 2000, publicado pelo instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Paraná, IBQP-PR.

AUTORIA

Daniela Torres da Rocha – Graduada em Administração pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) Campus de Toledo (2006). Mestranda em Administração pelo Programa de Pós-Graduação em Administração (PPAD) da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) e bolsista da Fundação Araucária.

Endereço eletrônico: danitorres.rocha@gmail.com

Fernando Antonio Prado Gimenez – Graduado em Administração pela Universidade Estadual de Londrina (1981), mestre em Administração pela Universidade de São Paulo (1983) e doutor pela Manchester Business School – University of Manchester (1995). Atualmente é diretor da Fundação Araucária e professor adjunto do Programa de Pós-Graduação em Administração da PUCPR.

Endereço eletrônico: fernando.gimenez@pucpr.br